

» Entrevista | **RENATO CASAGRANDE** | GOVERNADOR DO ESPÍRITO SANTO

Na presidência do Consórcio Brasil Verde, ex-senador acredita que o governo federal deve ajudar mais na preparação contra os eventos climáticos extremos

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



“Estados não estão prontos para enfrentar queimadas”

» VITÓRIA TORRES*

A gravidade das queimadas que vêm devastando uma grande parte do território brasileiro aponta para a necessidade de um maior preparo dos estados para enfrentar crises climáticas. A avaliação é do governador Renato Casagrande (PSB), do Espírito Santo, que acrescentou a necessidade de os países desenvolvidos se envolverem — sobretudo financeiramente — com as drásticas mudanças que a natureza vem apresentando. “Precisamos buscar apoio de países desenvolvidos, que causaram grandes emissões e são responsáveis pela situação que enfrentamos. Eles podem ajudar com financiamentos subsidiados e recursos a fundo perdido, pois esses países têm condições”, observou Casagrande, em conversa com os jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza, na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília. A seguir, os principais pontos da entrevista.

Como está o Consórcio Brasil Verde e o que é preciso para mitigar as queimadas?

A situação é muito grave. Há muito tempo não tínhamos queimadas tão volumosas e numerosas como agora, atingindo áreas do agronegócio, reservas florestais e causando danos e prejuízos. O governo do ex-presidente Jair Bolsonaro não tinha identidade com o tema das mudanças climáticas. Não é apenas função do governo federal implementar políticas públicas nesta área. Estados, municípios e sociedade têm um papel a cumprir. O consórcio visa mobilizar governadores, entidades e órgãos para preparar melhor os estados para enfrentar as mudanças climáticas que estamos vivenciando, como queimadas, estiagem e falta de água. Diversos estados passaram, recentemente, por chuvas intensas, como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo. É muita chuva ou é muita queimada e seca. Precisamos mitigar as emissões de carbono, mas, ao mesmo tempo, nos adaptar. Isso exige investimento.

O senhor mencionou o governo Bolsonaro, que tinha falta de identificação com a política ambiental. Como o senhor está vendo o diálogo e a postura do governo federal atual?

Acredito que o governo federal pode sempre ajudar mais. Os estados não estão prontos para enfrentar as queimadas.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, o estado e os municípios não estavam preparados para as mudanças climáticas. Há eventos que, mesmo com toda preparação, não têm como ser evitados. A quantidade de focos de incêndio e queimadas — algumas criminosas e outras não — e a seca que estamos vivendo, mostram que é impossível impedir todos os prejuízos. Precisamos cobrar mais do governo federal.

E o que falta para essa preparação?

Vejam a situação que vivemos. Estamos no inverno, mas enfrentando uma realidade imprevisível. Todo mundo espera uma realidade nova, mas, a cada dia, tem uma surpresa. O clima mudou, vai ter mais chuva, vai ter mais seca. A cada dia a natureza está nos surpreendendo mais, com uma intensidade de eventos climáticos. O governo federal deve ter um plano e os estados também. No Espírito Santo, elaboramos nosso plano de mitigação e adaptação. Para investir, é necessário ter projetos, programas e financiamento. O governo federal precisa equilibrar suas contas para enfrentar esses desafios. O petróleo, como um combustível fóssil, deve ser utilizado para financiar a transição energética. Precisamos de planos e nosso consórcio busca garantir que todos os estados tenham programas de mudanças climáticas. Esse programa se ancora em dois grandes planos: o de adaptação e o de mitigação. No Espírito Santo, por exemplo, temos dois programas apresentados ao BNDES, um já aprovado, que é comprar 50 ônibus elétricos.

Existem outros contatos em andamento?

Sim. Precisamos buscar apoio de países desenvolvidos, que causaram grandes emissões e são responsáveis pela situação que enfrentamos. Eles podem ajudar com financiamentos subsidiados e recursos a fundo perdido, pois esses países têm condições. O grande debate da COP é sobre como financiar a transição energética. O governo precisa de equilíbrio fiscal para ter recursos e enfrentar esses desafios. O Congresso, que controla boa parte do Orçamento, também deve priorizar recursos para a Defesa Civil, emergências e obras de adaptação. É um conjunto de ações que as instituições têm de oferecer a partir de agora.

O senhor vai seguir nessa direção na bancada?



Há eventos que não têm como ser evitados.

A quantidade de focos de incêndio e queimadas — algumas criminosas — e a seca, mostram que é impossível impedir todos os prejuízos. Precisamos cobrar mais do governo federal”

A bancada capixaba tem boa sensibilidade para isso.

Que avaliação o senhor faz do Orçamento para a crise climática?

É bom que a gente reconheça o envolvimento do governo federal no tema. Quando a gente fala em meio ambiente, fala de Defesa Civil, de obra de adaptação, conjunto residencial em área segura, obras de macrodrenagem. Tem um trabalho voltado para as questões de controle de desmatamento, especialmente na Amazônia. Mas tem, hoje, um desmatamento muito forte no Cerrado e no Pantanal. Atualmente, tem um governo engessado em relação ao orçamento. A metade do orçamento é controlado pelo Congresso, o que é infraestrutura, investimento. Tem também um juro alto, que consome boa parte do Orçamento da União.

Juros altos e Congresso dominando metade do Orçamento de investimentos. Como o presidente Lula pode sair dessa sinuca?

São situações que exigem muita dedicação e não têm soluções rápidas. Primeiro, o presidente precisa conquistar o Congresso para reduzir a influência sobre o Orçamento executivo. O volume de emendas individuais e de bancada engessou a capacidade dos ministros para ações estratégicas. Isso exige uma negociação forte. Depois que o Congresso conquista, voltar atrás é uma dificuldade. A outra é a persistência do governo em buscar um equilíbrio fiscal, pois os juros só cairão quando houver uma preocupação clara com as contas públicas. O ministro Fernando Haddad (Fazenda)

tem demonstrado essa preocupação constante. O governo está convencido da importância desse controle.

Muita gente diz que a questão climática é marcada por imprevistos. O senhor concorda com essa ideia de que, em se tratando de emergência climática, deve haver uma reavaliação do ponto de vista fiscal?

Para emergências climáticas, sim, mas não podemos, de crise em crise, manter o desequilíbrio das contas. A União ainda consegue emitir títulos, mas os estados, não. Os estados precisam ter o dinheiro para fazer o enfrentamento se houver emergência climática, pandemia ou outro problema. Não tenho como ficar jogando para a frente os compromissos. Precisamos de recursos para enfrentar emergências, como as queimadas. Embora seja impossível evitar todos os prejuízos, podemos reduzir os riscos e, para isso, é necessário planejamento e estrutura financeira. Quando o estado está desequilibrado, as crises só se agravam. Para isso, tem que ter uma instrução. O Brasil vem de muito tempo com esse desequilíbrio.

Estamos em plena campanha eleitoral e tivemos cadeirada no debate de domingo, em São Paulo. Como lidar com personagens que estão saindo das redes sociais e entrando na política?

A cada debate que você tem, ao invés de discutir proposta, tem só xingamento. E no caso de agressão no último debate, naturalmente as provocações levam a esse desequilíbrio. Não dá para pedir ao candidato desequilibrado que tenha equilíbrio, pois não terá. A estratégia do outro é de desequilíbrio, pois acha que o desequilíbrio pode levar à maioria. A população é que deve exigir uma posição equilibrada, de bom senso, porque para governar um município como São Paulo, precisa de conteúdo e de equilíbrio.

O sentimento de antipolítica ainda atrapalha o processo eleitoral?

Continua presente e é forte na sociedade. Quem está no governo tem que saber que tem que responder mais rapidamente à antipolítica. Esse sentimento vem da incompetência e da incapacidade de responder no tempo certo os desejos e as necessidades da sociedade.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Pequeno manual de combate a incêndios

O fogo é um tema recorrente na literatura universal. No Brasil, devorou *O ateneu* (1888), de Raul Pompéia, e pôs fim a *O Cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo, obras seminais da nossa literatura. Nos dois casos, representavam o fim de uma era, com apagamento do passado. Na vida real, foi o que aconteceu literalmente no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2 de setembro de 2018, e na Cinemateca Nacional, em São Paulo, no dia 29 de julho de 2021. E pode estar acontecendo agora com nossos principais biomas.

Fundado em 1818, por dom João VI, o Museu Nacional possuía o mais importante acervo de história natural da América Latina, com 20 milhões de itens, entre os quais, coleções de fósseis de dinossauros do mundo, múmias andinas e egípcias, e 537 mil livros da Coleção Francisco Keller. No galpão da Cinemateca Nacional, arderam quatro toneladas de documentos sobre cinema no Brasil, além de películas e arquivos.

Desde o Brasil Colonial, o fogo é usado para expulsar indígenas de suas terras e, agora, incendiar favelas, como se fazia com os antigos quilombos. Históricos casarões e sobrados, tombados, pegam fogo para possibilitar a construção de prédios horrorosos. O fogo nas florestas, para eliminar flora e fauna e ampliar as fronteiras agrícolas, também é coisa antiga. Entretanto, agora saiu completamente do controle.

Incêndio não é sinônimo de fogo, cujo domínio foi fundamental no processo civilizatório. O que difere as chamas do fogão ou da churrasqueira é o controle sobre elas. Desde Arquimedes, o fogo é objeto de estudos, porém, foi o francês Antoine Lawrence Lavoisier, aquele mesmo da Teoria dos Vasos Comunicantes, no século XVIII, que descobriu as bases científicas do fogo.

A principal experiência que lançou os fundamentos da ciência do fogo consistiu em colocar uma certa quantidade de mercúrio (Hg — o único metal que normalmente já é líquido) dentro de um recipiente fechado, aquecendo-o. Quando a temperatura chegou a 300°C, ao observar o interior do frasco, Lavoisier encontrou um pó vermelho que pesava mais do que o líquido original.

O cientista notou, ainda, que a quantidade de ar no recipiente havia diminuído em 20%, e que o ar restante possuía o poder de apagar qualquer chama e matar. Lavoisier concluiu que o mercúrio, ao se aquecer, “absorveu” a parte do ar que nos permite respirar (essa mesma parte que faz um combustível queimar: o oxigênio). Os 80% restantes eram nitrogênio (gás que não queima) e o pó vermelho era o óxido de mercúrio.

Da breve explicação, vê-se que para iniciar a combustão, são necessários o combustível, o oxigênio e a energia (a temperatura de ignição). Mas isso existe em toda parte. O que faz a diferença é a proporção entre esses componentes do chamado “triângulo do fogo”.

Os incêndios que estamos acompanhando são eventos naturais e/ou provocados por ação humana. No Cerrado brasileiro, a partir de análises do carvão armazenado em solos profundos, há incêndios se repetindo há mais de 30 mil anos. Nas estações secas, a ignição ocorre naturalmente por uma descarga elétrica. Mas não é o caso nesta estiagem.

Atrás do prejuízo

Temperatura acima de 30 graus, num momento em que a umidade seja menor do que 30% e vento acima de 30 km/h, são o ambiente ideal para um incêndio. Basta alcançar a ignição, por meio de uma bituca de cigarro jogada na estrada ou um palito de fósforo aceso. Há mais dois fatores: indivíduos incendiários, que tem atração pelo fogo, os piromaniacos; e o criminoso que atea fogo por vingança ou algum interesse econômico, seja limpar o terreno para fazer um grande empreendimento imobiliário ou formar uma pastagem.

Uma vez iniciado, o fogo se espalha muito rápido e é extremamente difícil de controlar, por causa do vento, do calor e da baixa umidade. Ocupantes do Cerrado desenvolveram técnicas de queima controlada, atuando para diminuir a biomassa e, com isso, evitar os grandes incêndios. Mesmo esses “aceiros”, quando saem do controle, podem provocar grandes incêndios, com perda de plantas, animais e danos até aos microrganismos do solo, sem contar na morte de pessoas, inclusive bombeiros.

No Pantanal e na Amazônia, o problema se tornou mais grave, porque o desmatamento faz com que a proteção natural da própria floresta, principalmente sua umidade, perca a capacidade de conter a propagação das chamas, principalmente se a seca for muito forte, como agora. Se pegar fogo em árvores que têm resinas, pode queimar por muito tempo e impedir ações efetivas para deter o incêndio.

Conforme as plantas vão queimando, primeiro saem os materiais voláteis, com substâncias prejudiciais à saúde, inclusive cancerígenas. Se não chover, todo esse material fica suspenso e forma “nuvens de fumaça”, que estamos vendo em vários lugares do Brasil. Sofrem os nossos pulmões, os animais e até as plantas. Se a situação piorar muito, teremos uma situação realmente caótica.

Apesar dos frequentes alertas, as autoridades subestimaram os efeitos catastróficos do que temos presenciado. E, agora, correm atrás do prejuízo, inclusive o governo Lula, apesar das advertências da ministra do meio Ambiente, Marina Silva.

Como disse o poeta pernambucano Luís Turiba, em 1989: “Ou a gente se Raoni, ou a gente se Sting”.